

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO 2016/2017 PELO NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISA E EXTENSÃO EM ACESSIBILIDADE

ITALO RODEGHIERO NETO¹; JULIA BORN PUREZA²; DOUGLAS DE CASTRO BROMBILLA³; CLARISSA CALDERIPE MONTELLI⁴; LUIS ANTONIO DOS SANTOS FRANZ⁵; ISABELA FERNANDES ANDRADE⁶

¹*Universidade Federal de Pelotas – rodeghiero.hoe@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – jbornpureza@gmail.com*

³*Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Rio Grande – douglasbrombilla@gmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – cissacal@yahoo.com.br*

⁵*Universidade Federal de Pelotas – luisfranz@gmail.com*

⁶*Universidade Federal de Pelotas – acessiarq@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Segundo dados do último relatório elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), existem cerca de 610 milhões de pessoas possuem alguma deficiência. Estas deficiências podem ser classificadas como físico-motora, sensorial, cognitiva ou múltipla. A deficiência físico-motora relaciona-se a alteração da capacidade de motricidade geral do indivíduo, dificultando ou impossibilitando a realização de diversas atividades. Já a deficiência sensorial condiz com perdas significativas nas capacidades perceptivas do indivíduo, gerando dificuldades auditivas ou visuais, por exemplo. A dificuldade cognitiva pode ser entendida por como a dificuldade que diz respeito a compreensão das informações recebidas (atividades mentais). Por fim, a múltipla relaciona duas ou mais deficiências.

Por acessibilidade espacial entende-se não só a condição do indivíduo de conseguir atingir um lugar desejado, mas também a possibilidade de “[...] compreender sua função, sua organização e relações espaciais, assim como participar das atividades que ali ocorrem.” (DISCHINGER, BINS ELY E PIARDI, 2012). Essas ações devem ser executadas em condições de segurança, conforto e autonomia. Trata-se de um direito civil básico e todos os mecanismos que assegurem a sua implementação devem ser desenvolvidos.

Segundo Bins Ely e Dorneles (2006), devem-se considerar os quatro componentes da acessibilidade, para seu melhor entendimento, divididos em quatro categorias: orientação espacial, comunicação, deslocamento e uso. As condições de orientação espacial estão relacionadas com a compreensão dos ambientes, para que o indivíduo situe-se e desloque-se a partir das informações fornecidas pelo/no ambiente. Deslocamento corresponde às condições de movimento e livre fluxo no sentido vertical como no horizontal, com a possibilidade de utilização de elevadores e rampas, por exemplo. Já a comunicação corresponde à facilidade de interação interpessoal e sua troca de informação. Por fim, no componente uso, temos a relação da participação em atividades e utilização de mobiliários.

A fim de que todos os indivíduos possam usufruir dos mesmos direitos, em 2004 foi sancionado o Decreto-Lei Federal nº 5296, que estabeleceu prazos para que as edificações existentes se adaptassem à acessibilidade. Além disso, esse Decreto determinou que a consideração dos parâmetros apresentados pela NBR 9050 - Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos públicos - fosse obrigatória. Porém, ainda hoje é possível identificar, em projetos novos e de intervenção (reforma), espaços deficientes, ou

seja: as dificuldades oriundas a partir de uma deficiência podem se sobressair se o ambiente construído não for planejado para atender a todas as pessoas, independentemente de suas capacidades e limitações.

Com estes dados atuais, é preciso sensibilizar a população sobre as intervenções espaciais necessárias a fim de garantir que todas as pessoas utilizem os mesmos espaços. Além disto, é necessário que os profissionais reconheçam e saibam aplicar as normas e leis vigentes. Por este motivo, os grupos que estudam este tema tem grande importância. Existem núcleos semelhantes ao presente em outras universidades, como o Laboratório de Acessibilidade (LACESSE) da Universidade Federal da Paraíba e o Núcleo de Pesquisa, Estudo e Projeto sobre Acessibilidade e Desenho Universal (PRO ACESSO), da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Portanto, o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Acessibilidade (NEPEA) tem como objetivo desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à acessibilidade no ambiente construído, buscando que a comunidade em geral se sensibilize e, também, que os conceitos que cercam o tema sejam difundidos. Já este resumo visa mostrar os resultados atingidos a partir de algumas ações do programa.

2. METODOLOGIA

São realizadas pelo grupo de trabalho constantes discussões acerca dos principais conceitos envolvidos. Dentre estes conceitos, pode-se citar acessibilidade, deficiências, normas e leis vigentes relacionadas ao tema, entre outros. Ainda, são reconhecidos métodos e técnicas comumente empregados para avaliar as condições de acessibilidade em ambientes construídos, tais como entrevistas individuais, entrevistas com grupos focais, aplicação de questionários, passeio acompanhado, técnica *Walkthrough*, visita exploratória e poema dos desejos, por exemplo.

Os participantes do programa se envolvem, ainda, em uma vivência prática das limitações impostas a partir das diferentes deficiências.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O NEPEA conta, atualmente, com seis integrantes: três professores da Universidade Federal de Pelotas, um professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (*campus Rio Grande*) e dois alunos bolsistas.

Quanto ao ensino, o programa contempla uma disciplina optativa intitulada “Acessibilidade”, ofertada nos cursos de Engenharia Civil e de Produção do Centro de Engenharias. Contemplando os projetos de ensino, ainda são elaborados seminários internos, que apresentam os principais conceitos estudados para a futura elaboração de trabalhos.

Em relação aos projetos de extensão, vem sendo realizados minicursos e palestras, geralmente, no meio acadêmico. Estas ações visam difundir os conceitos de acessibilidade para profissionais e estudantes das áreas de engenharia e arquitetura. Entre novembro de 2015 e abril de 2016, realizou-se um minicurso (figuras 01 e 02) durante a V Mostra da Produção Científica e Tecnológica (MPCT) e IV Seminário de Extensão do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, em Rio Grande, palestra na III Jornada Técnica em Segurança do Trabalho, organizado pelo SENAC, em Bagé, e participação em duas mesas redondas: a primeira (figura 03) sobre acessibilidade no VI Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído, realizado em Recife, e a segunda sobre

ergonomia, na Universidade Federal de Pelotas, contando com professores e alunos de diversos cursos e diferentes instituições.

Figuras 01, 02 e 03 – representação do NEPEA em eventos regionais e nacionais



Fonte: os autores, 2016.

Quando se trata de projetos de pesquisa, existem trabalhos desde o ano de 2013. O primeiro projeto tratou a respeito das condições de orientação espacial no terminal de embarque do Aeroporto Internacional de Pelotas. Em seguida, elaborou-se um projeto que tratava de uma análise pós-ocupação em edificações de uso coletivo, onde estudaram-se as instalações do Shopping Pelotas. O projeto que vem sendo desenvolvido atualmente está relacionado ao estudo da acessibilidade em áreas livres públicas.

O NEPEA busca, a partir de seu site, informar os eventos nacionais e internacionais relacionados ao tema, bem como divulgar as ações e publicações desenvolvidas pelo grupo.

Desde de 2013, foram publicados trabalhos completos em anais de congressos, como o Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído (ENEAC), o Congresso Nacional de Ergonomia – ABERGO, o Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (ENTAC) e o Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade de Interfaces Humanotecnologia (ERGODESING & USIHC). Publicaram-se os resultados (parciais e finais) das atividades realizadas, também, em edições anteriores do Congresso de Iniciação Científica e do Congresso de Extensão e Cultura, da própria universidade.

Na sequência do estudo, pretende-se promover outros cursos que difundam o conhecimento do tema, organizar eventos relacionados à acessibilidade em nível local, regional, estadual e, até mesmo, tem-se a perspectiva de organizar um evento nacional já reconhecido na área.

4. CONCLUSÕES

As questões relacionadas à acessibilidade devem ser levadas em consideração por profissionais responsáveis pela elaboração de projeto desde a sua fase inicial. Na prática, identifica-se que pequenos erros podem causar grandes problemas e impossibilitar o uso de determinado espaço por alguns usuários.

Ao final das atividades disponibilizadas pelo NEPEA, acredita-se que muitos aspectos relacionados à acessibilidade tenham sido esclarecidos. De forma geral,

é necessário que estes conceitos sejam difundidos, para que relevância social e importância se tornem ainda maiores. Além disto, a população precisa se tornar mais sensível quanto ao tema, de modo a tornar a vida das pessoas com deficiências mais confortável e segura.

Conclui-se, ainda, que o programa vem ajudando a comunidade de Pelotas e região – principalmente – a compreender a acessibilidade. Intenciona-se que a UFPel tenha reconhecimento a partir das ações deste núcleo, seja pelas atividades que vem sendo desenvolvidas, bem como pela participação dos integrantes do grupo em eventos de referência para a área.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Acessado em 02 de agosto. 2015. Online. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/CORDE/dpdh/corde/ABNT/NBR9050-31052004.pdf>

BINS ELY, V. H. M.; DORNELES, V. G. Acessibilidade espacial do idoso no espaço livre urbano. In: **14º CONGRESSO BRASILEIRO DE ERGONOMIA**, novembro de 2006, Curitiba.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de dezembro de 2004. Acessado em 02 de agosto. 2004. Online. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V.M; PIARDI, S. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público.** Florianópolis. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU e as pessoas com deficiência. Acessado em 02 de agosto. Disponível em: <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia/>